

Nota do editor

Paulo de Carvalho



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/674>

DOI: 10.4000/ras.674

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

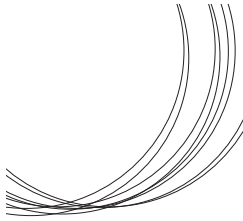
Data de publicação: 1 junho 2011

Paginação: 5-8

ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Paulo de Carvalho, « Nota do editor », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 7 | 2011, posto online no dia 12 outubro 2016, consultado no dia 25 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/ras/674> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/ras.674>



Nota do editor

O nº 7 da *Revista Angolana de Sociologia* aborda um tema controverso — a lusofonia. Optámos pela abordagem desta temática, devido à sua actualidade e à controvérsia que encerra, sobretudo (mas não apenas) nos países africanos que têm no português a língua oficial mais falada.

A abordagem do tema principal deste número começa com Vítor Barros, que nos apresenta a comunidade lusófona como espaço imaginário construído com base na retórica de uma língua comum e de um mito simplificador de uma história comum, absolutamente “tributários daquilo que constitui a memória histórica e colonial do Império”, bem como do humanismo universalista português, que teria permitido o “estabelecimento de relações de cordialidade e de afectividade com povos não europeus”. . . [p. 98].

Esta visão de comunidade está de acordo com as “representações luso-tropicalistas do mundo que o português criou” [p. 98]. A lusofonia seria, para Barros, uma “forma de Portugal, enquanto sede privilegiada da esfera lusófona, se afirmar como centro principal desta geografia imaginária” [p. 99]. Portanto, “esta forma de celebração discursiva da lusofonia é tributária da perspectiva colonial que, durante o Estado Novo, acompanhou a alegoria da missão colonizadora de Portugal: o mito da reprodução de Portugal em todas as latitudes do seu império” [p. 95]. Mas é preciso termos presente que o discurso sobre a lusofonia não se esgota na concepção de uma organização como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

José Filipe Pinto apresenta, a seguir, elementos acerca da história da CPLP e demonstra que esta comunidade ainda não atingiu o estatuto que se pretendia com a sua criação. Sustenta a ideia segundo a qual a CPLP se deve transformar, de comunidade de países (como é actualmente) em comunidade de povos. Tal como afirma, “parece aconselhável a alteração do critério, no sentido de reconhecer aos povos e comunidades filiados na cultura lusófona ou que com ela mantêm afinidades o direito de integrarem a Comunidade Lusófona” [p. 116]. E reforça o projecto de a CPLP patrocinar ao Brasil um lugar como membro permanente do Conselho de Segurança na ONU, favorecendo a que, assim, o português se torne língua oficial da Organização das Nações Unidas.

O tema central deste número encerra com dois textos respeitantes à literatura. Francisco Soares aborda a utilização do termo “literaturas lusófonas”, não esquecendo que a literatura angolana é “lusógrafa, africana e bantógrafa”, com “autores mais próximos da lusofonia, . . . autores mais próximos da bantufonia e escritores mais próximos de outro sistema demasiado vasto, vago e diverso para o conseguirmos estudar: o africano” [p. 123]. Segue-se Anabela Cunha, que discorre acerca da influência que a literatura angolana sofre da literatura brasileira, já a partir do movimento «Vamos descobrir Angola» e do desenvolvimento de “um fenómeno literário que era activado por um grupo de jovens cultos e de grande talento, que faziam da literatura uma das suas principais armas de combate ao regime colonial” português [p. 134].

Trazemos a seguir duas intervenções acerca da lusofonia – do guineense Carlos Lopes e do angolano Kajim Ban-Gala. Carlos Lopes, que além da carreira científica, é também diplomata, recorda-nos que a amizade entre países é uma “formulação diplomática desprovida de qualquer especificidade”, é algo “mais emotivo que racional” [p. 143]. Quanto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), considera que “tem de (e deve) ser desequilibrada, no sentido em que os que têm mais devem apoiar os que têm menos” [p. 144]. Por seu turno, Kajim Ban-Gala adverte que a raiz romântica da CPLP não deve constituir “razão suficiente para selar um pacto inter-nações” [p. 147] e que “o ‘capote’ da lusofonia não pode servir para suprimir a diversidade étnica e linguística dos países de língua oficial portuguesa” [p. 148].

A abordagem a respeito da lusofonia encerra com uma entrevista ao moçambicano Nataniel Ngomane, que refere a existência de literaturas africanas de expressão portuguesa (no plural), mas sem chauvinismos – pelo contrário, com objectividade. Tal como o faz Francisco Soares, Ngomane chama também à atenção para o facto de África não ser um país (como erradamente se considera no Hemisfério Norte), mas um conjunto de países diferenciados económica, política e culturalmente. Depois de discorrer sobre a qualidade de ensino nos nossos países, dando conta que vem diminuindo ano após ano, Ngomane afirma-se categoricamente contra o acordo ortográfico determinado por decreto, porque “o falante é que faz a língua e o gramático tem apenas a obrigação de *descrever* como o falante fala, como o falante a usa, e não criar regras de uniformização” [p. 162].

Em função dos artigos que nos foram chegando, optámos por incluir neste número um segundo tema: a sociedade colonial angolana. Abre esta temática (à qual teremos de regressar em mais de uma ocasião) Paulo de Carvalho, com um resumo a respeito do seu livro acerca da estrutura social da sociedade colonial angolana, onde apresenta elementos respeitantes à estratificação social (com a menção às elites da sociedade colonial) e à estrutura de classes (com uma tipologia de classes sociais) no final do período colonial em Angola. Segue-se um artigo de Paula Morgado, com a menção à acção dos nativistas, na primeira metade do século XX, que era de regresso “às origens” culturais africanas. Diz-nos Morgado que os nativistas “procuravam acima de tudo diferenciar-se do ponto de vista identitário, tanto das populações rurais africanas (das quais muitos eram originários) que permaneciam rotuladas como ‘estagnadas’ e ‘primitivas’, como das populações brancas expatriadas” [p. 72].

Este número da *Revista Angolana de Sociologia* inclui ainda outros 3 artigos e uma entrevista. Para além desta entrevista (à qual me refiro em detalhe abaixo), destaca-se em primeiro lugar o artigo de

João Paraskeva, onde o autor se afirma contra a sloganização da educação e a favor da revisão dos mecanismos de reprodução de classe, raça e género que a escola utiliza, numa era em que “a dimensão económica da educação desempenha um papel decisivo nas políticas educativas e curriculares” [p. 19]. Paraskeva propõe-nos, então, uma nova teoria crítica, que ultrapasse “as contendas críticas e pós-modernas e pós-estruturais”; perceba “as fissuras (precipitação na crítica ao reduccionismo da base-superestrutura; noção de Estado como algo realmente abstracto, fundamentalismo ou totalitarismo discursivo, totalitarismo cultural)” e actue nelas de “forma autocrítica e transformadora”; assumindo uma “posição itinerante perene”; desterritorializando-se e complexificando a “batalha pela relevância dos conteúdos da escolarização” [p. 26]. Neste artigo de leitura obrigatória, João Paraskeva aborda a actual crise do capitalismo e a necessidade de retorno ao marxismo, enquanto “quadro teórico importante para compreensão da recente crise mundial” [p. 15].

A seguir, na mesma senda, Jacinto Rodrigues dá conta que “o esbanjamento, o desperdício e a poluição na biosfera estão a colocar o planeta à beira de graves crises ecológicas e sociais: mudanças climáticas, desertificação, desflorestação, diminuição da biodiversidade, restrição da água potável e aumento devastador das pegadas ecológicas interferem e revelam a grave crise social do capitalismo” [p. 36]. Para acompanhar a luta pela justiça social e pelo bem-estar, Jacinto Rodrigues propõe um novo paradigma, no qual “a ecotecnologia substitua a tecnociência esgotante e a tecnosfera dê lugar a uma ecotecnosfera reciclável e renovável” [p. 36]. Para isso, sugere a adopção de políticas que considerem um “desenvolvimento ecologicamente sustentado, em que a sociedade e o território, a cultura e a civilização terão que . . . interagir recriando um metabolismo circular que permita a actividade produtiva dos homens, como uma actividade baseada nas energias renováveis, na reciclagem de materiais e na inclusão social” [p. 37]. E apresenta-nos exemplos que dão conta que, para salvar o ambiente, temos primeiro que proteger o povo, o que passa pela garantia de alimentação e de prevenção de doenças, pela execução de sérias políticas de combate à pobreza, de promoção do bem-estar e de promoção da cidadania.

António Pedro Soares fala-nos do medo e da vergonha. O medo pode ser definido como “a emoção que assinala o sentimento existente de a integridade do indivíduo estar em risco e faz disparar o coração, preparando o corpo e a mente para a acção intensa”, em contraste com a vergonha, “definida por Scheff como o sinal de presença de riscos para os laços sociais das pessoas, o que faz ruborizar a face” [p. 46]. Apresenta-nos alguns exemplos históricos e actuais das consequências do medo, como sejam o de judeus que preferiam colaborar com os nazis em campos de concentração para sobreviverem; bem como o medo presente nos imigrantes, que se coíbem de falar da sua situação e dos seus laços sociais. Mas há uma série de outros medos, que achamos devem poder ser ultrapassados pelos grupos sociais e indivíduos, em favor do seu bem-estar e longevidade.

A terminar, numa entrevista de cariz sociológico a não perder, trazemos Donalddo Macedo com a abordagem de uma série de práticas discriminatórias. Retenho aqui a questão linguística e, particularmente, a questão do bilinguismo, que é um sério problema no seio das crianças imigrantes (cujos pais nem sempre falam bem a língua do país de acolhimento) e a questão relacionada com a actual hegemonia da língua inglesa. É interessante constatar que enquanto aprendia a língua inglesa nos Estados

Unidos (um país de imigrantes, onde se apregoam todas as liberdades e mais algumas), o entrevistado (ele mesmo imigrante) diz: “nunca me senti livre para falar abertamente na minha língua nativa, particularmente em contextos institucionais” [p. 167]. Não é, pois, de estranhar que conclua dizendo que apesar de ser um país que celebra os ideais da democracia, os Estados Unidos são “uma sociedade que te pressiona constantemente para que deixes de ser quem és, a fim de que possas ser” [p. 167].

Do ponto de vista pedagógico, Donaldo Macedo sugere que “os professores que se consideram agentes de mudança e se querem realmente marcar a diferença nas vidas dos seus alunos, devem ter em conta na sua pedagogia questões de discriminação linguística e cultural” [p. 167]. Por outro lado, para além de ensinar os programas curriculares, o professor deve ter consciência da necessidade de “proteger os alunos das condições opressivas que encontram nas escolas” [p. 169]. Quanto a nós, temos de ter consciência da necessidade de luta contra a reprodução da marginalização social para as próximas gerações. Por isso, “o grande desafio para os professores consiste em compreender como o poder dominante utiliza a educação como estratégia para a legitimação de determinadas políticas que originam um racismo descontrolado e uma verdadeira pedagogia da exclusão” [p. 171].

Nesta empolgante entrevista com cunho marcadamente sociológico (cuja leitura voltamos a recomendar vivamente), Donaldo Macedo discorre ainda acerca da ideologia neoliberal, do carreirismo e da falta de ética no exercício das profissões, da concentração da riqueza nas elites, da actual crise económica mundial, do colapso do capitalismo e do mito da sociedade pós-racial americana.

Em relação a livros, são neste número apresentadas quatro propostas, com pena do antropólogo Simão Souindoula, do economista Carlos Pimenta, do historiador Júlio Mendes Lopes e do sociólogo Paulo de Carvalho.

Não posso terminar, sem fazer menção à perda que a Sociologia Angolana e esta revista tiveram, durante o 1º semestre deste ano. Faleceu o Pe. Muanamosi Matumona, pastor e sociólogo que integrou o Conselho Científico da *Revista Angolana de Sociologia*. Deixa obra e discípulos, que esperamos sigam as suas pegadas.

Paulo de Carvalho